

Artigos Originais

DOMINAÇÃO MASCULINA: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA MATERIALIZADA EM HERANÇA SOCIAL E CULTURAL

Original Articles

MALE DOMINATION: THE HISTORICAL ORIGIN MATERIALIZED IN SOCIAL AND CULTURAL HERITAGES

Maria Fernanda Celli de Oliveira*
<http://lattes.cnpq.br/1421743266927877>,
maria-fernanda-co@hotmail.com

Luci Regina Muzetti**
<http://lattes.cnpq.br/5851335209487224>
lucirm@fclar.unesp.br

Laís Inês Sanseverinato Micheletti***
<http://lattes.cnpq.br/2226359799044734e>
lais.ines@outlook.com

Andreza Marques de Castro Leão****
<http://lattes.cnpq.br/6817625850441625>
andreza_leão@yahoo.com.br



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 -
está licenciada sob [Licença Creative Commons](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)     

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo trazer discussões acerca da dominação masculina incorporada no seio familiar que por meio da herança cultural transmitida, perpetua e acentua as questões relacionadas aos papéis de dominados

* Mestre em Educação Escolar – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Araraquara.

** Professora Doutora do Departamento de Didática - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Araraquara.

*** Graduanda do curso de Pedagogia - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Araraquara.

**** Professora Doutora do Departamento de Psicologia - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Araraquara

e dominantes entre os gêneros feminino e masculino. Apoiada na sociologia de Pierre Bourdieu e equipe, a presente investigação partiu dos conceitos chave da teoria do sociólogo francês, onde com base no *habitus*, capital cultural, capital social, herança cultural e gênero, buscou-se sinalizar como estas questões são transmitidas dentro da família, e, conseqüentemente perpassam os limites familiares e se inculcam na sociedade. A fim de ressaltar como as diferenças de gênero se perpetuaram durante o passar do tempo, traçamos um percurso histórico-cultural que, com base em variados fatos e grandes acontecimentos históricos, servirão como plano de fundo para maior elucidação acerca do processo de construção desse sistema de relações desigual e simbolicamente autoritário. O estudo aqui apresentado pretende sinalizar como as questões relacionadas à dominação masculina estão presentes em nossa sociedade há séculos, e, o quanto este tipo de comportamento, que pode ser caracterizado como uma forma de violência simbólica construída sócio-culturalmente através de gostos, atitudes e interditos, é ainda cultivado e incentivado no interior da família contemporânea.

Palavras-chave: Capital Cultural. Dominação Masculina. Herança Cultural. Gênero. Violência Simbólica.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the male domination incorporated in the family, which, through transmitted cultural heritage, perpetuates and accentuates issues related to the dominated and dominant roles between the masculine and feminine genders. Based on Pierre Bourdieu and his team's sociology, and on their key-concepts, such as *habitus*, cultural capital, social capital, cultural heritage and gender, this research aimed to indicate how these matters are transmitted in the family, and, consequently, outweigh the family boundaries and instill themselves in society. With the intent to highlight how gender differences perpetuate over time, we traced the cultural and historical journey that, based on several facts and great historical events, will serve as a background to clarify the process of building this unequal and symbolically authoritarian system of relations. In addition, this paper aims to stress how issues related to male domination have been present in our society for centuries, and how much this behavior, characterized as a sort of symbolic violence— built social and culturally through likes, attitudes and prohibited— is still cultivated and encouraged in the contemporary family.

Keywords: Cultural Capital. Male Domination. Cultural Heritage. Gender. Symbolic Violence.

INTRODUÇÃO

A sexualidade é algo intrinsecamente ligado à vida humana. Diversas mudanças sociais e físicas ocorreram da pré história aos dias atuais, e com elas as

concepções ligadas à sexualidade, o que inclui dentre outras coisas, a busca pelo prazer, as relações sexuais e os diferentes papéis referentes a cada gênero. Essas incontáveis modificações, significações e re - significações sofridas pela sexualidade humana ao longo dos séculos interferiram e ainda são capazes de inferir, através de preconceitos e equívocos em relação à temática, influenciando assim, nos comportamentos sociais que se caracterizam pela repressão de uma sociedade conservadora e guiada pela dominação masculina defendida e escoltada por um machismo historicamente constituído.

Segundo as palavras de Ribeiro (2009), com o passar dos séculos, as sexualidades, sejam elas caracterizadas por condutas pró ou antissexuais, seguiram a dinamicidades dos movimentos sociais, culturais, econômicos e políticos, que, alterando as maneiras de compreender o prazer, favorecendo a cultura do ocidente, uma conduta sexual ambivalente.

A maneira como as civilizações entendiam e lidavam com comportamentos, valores e normas ligados ao sexo nunca foram iguais e, tampouco, constantes. Cada cultura e momento histórico viam e viviam sua sexualidade diferentemente. Inclusive, o pensamento sexual ocidental é fruto, em grande parte, das concepções e valores do século XIX. Um período muito próximo de nós e que nada tinha em comum com as práticas e atitudes sexuais da Antiguidade, da Idade Média e da Idade Moderna. Em dez mil anos de história, a relação sexo - humanidade sempre foi extremamente complexa, pois envolveu (e envolve) questões sociais, culturais, religiosas e psicológicas, construídas historicamente, determinadas diferentemente em cada povo e época. (RIBEIRO, 2005, p. 1)

A fim de compreender os desdobramentos relacionados à sexualidade, faz-se necessário que um resgate histórico seja realizado, pois, assim, com base nas mudanças ocorridas historicamente e diferenciadas com base em cada povo e época, tornar-se-á, possível compreender como as atuais concepções relacionadas à temática, chegaram à estrutura social que vivemos hoje, ou seja, uma sociedade predominantemente machista.

Conforme Stearns (2007), a sexualidade na pré-história era algo muito particular. Caracterizada por um modelo matriarcal, este tipo de vivência, que era realizada em grupo, permitia às mulheres que praticassem a poliandria, ou seja, que estas tivessem vários parceiros e que estes fossem responsáveis por todos os seus filhos. Neste momento, a figura feminina era vista como o centro, ou seja, todas as

relações eram permeadas por esta que, escolhiam os parceiros mais fortes.

Ainda de acordo com Stearns (2007) em tal período histórico, o sexo era visto apenas como fonte de prazer, e a concepção só fora reconhecida mais tarde, quando, passou-se a perceber que quanto mais tempo os homens passavam fora, caçando, menos crianças nasciam. Além disso, as relações homossexuais, bissexuais e até mesmo a zoofilia, eram consideradas normais. Porém, com o surgimento da agricultura, as pessoas passam a se agrupar em casas, e há uma delimitação de territórios, a fim de garantir herança à prole. Desta forma, as relações passam a ser monogâmicas, pois, para se garantir uma herança à sua descendência, fazia-se necessário que houvesse certa inspeção dos filhos como forma de garantia da paternidade. Com a agricultura, surge também a necessidade de divisão de trabalhos, e, assim, as diferenças relacionadas entre os gêneros feminino e masculino, passaram a evidenciar-se, visto que, os homens por serem fisicamente mais fortes, ficaram incumbidos da proteção e da caça. À mulher cabia a função de cuidar do lar e das crianças.

Segundo Ribeiro (2005) ao falarmos de Antiguidade, primeiramente nos vem à mente as antigas civilizações, mesmo que apesar de o fato de existirem diversas destas, como os Fenícios, Civilização Hindu, Império Persa, Chineses, Civilização de Creta, Império Macedônico, etc., constantemente este período é associado apenas ao Egito, Mesopotâmia (Hebreus), Grécia e Roma, onde, estas duas últimas citadas, são a essência da sociedade em que vivemos atualmente, e, a saber, eram extremamente eróticas.

Conforme Ribeiro (2005), na Babilônia, a mulher apesar de ocupar uma posição inferior aos homens, estas poderiam receber suas heranças paternas. Além disso, ocupavam várias atividades e cargos. Divorciar-se era um privilégio dado apenas aos homens, no caso de possuírem uma esposa estéril. A infidelidade era negada às mulheres, porém, ao homem estava permitida a posse de concubinas. Já no que se denominava Segundo Império Romano, às mulheres era permitido que fossem ao menos uma vez na vida ao Templo de Milita, onde lá, tinham relações sexuais com pessoas desconhecidas e, com as moedas que ganhavam faziam oferendas ao tesouro do templo. Ademais, na Assíria, sacerdotisas entregavam-se

aos devotos e sacerdotes e na Caldeia, as mulheres eram oferecidas e entregues aos hóspedes recebidos.

Ainda segundo Ribeiro (2005), no Egito, pode-se destacar que tal civilização era sexualmente positiva e dava às mulheres certo destaque, levando estas a alcançarem uma liberdade incomparável aos demais povos. Para começar, a virgindade não era algo que fazia sentido a esta civilização. Os Egípcios permitiam que estas fizessem sexo antes do casamento, sem que ficassem desonradas. Além disso, havia contratos matrimoniais, que, serviam como um ensaio para o verdadeiro casamento. O adultério era severamente punido, e o divórcio dado em casos de infertilidade da mulher. Ademais, a mulher ocupava funções importantes e foi somente com o declínio do Império que, se deu pela dominação de Alexandre, o Grande que, esta foi perdendo espaço progressivamente, cedendo à discriminação recorrente da cultura Grega.

Como descrito por Ribeiro (2005), na civilização Grega, em Atenas, a mulher que tinha seu papel social definido: mãe e filha, e, devia ser submissa ao marido. Seu lar deveria ser considerado como seu mundo, sendo o real motivo de sua existência.

Ainda segundo Ribeiro (2005), no período clássico, a virgindade era algo imprescindível e, as mulheres deveriam se manter intocadas até seu casamento, que por sua vez, era voltado única e exclusivamente à procriação. Já o divórcio, era concedido em caso de adultério, esterilidade da mulher ou agressão física dos maridos para com estas. Em todo caso, para elas a condição de divorciadas era algo que as tornavam mal vistas pela sociedade.

Na contramão desta ideologia, em Esparta a mulher era considerada como algo maior, possuía um status diferenciado das atenienses. Nesse sentido, estas possuíam maior liberdade em seus comportamentos, usam roupas curtas, eram educadas juntamente com os meninos e praticavam exercícios físicos. Além disso, há relatos conforme Ribeiro (2005) que reconhecem a existência de um tipo de mulher específico na Grécia, eram as chamadas Hetairas. Estas eram educadas, independentes, compreendiam assuntos políticos e filosóficos, participavam tendo ou não relações sexuais com os homens em banquetes realizados por esses, onde, a presença de suas esposas não era permitida, uma vez que neste período, estas nem mesmo podiam

realizar suas refeições juntamente aos maridos. No mais, as hetairas eram figuras belas, preparadas e de certa maneira importantes na sociedade.

Com o advento de Cristo (Cristianismo), no século I, há uma divisão na história que se perpetua e interfere na sociedade até os dias atuais. Conforme Scarpim (2015), o pressuposto teórico da ideologia cristã tinha a intenção de anular as concepções das demais religiões, assim, havia um discurso diferenciado, que ia contra o sexo, o corpo e a alegria. Anteriormente a este período, era pouco importante a relação que se mantinha acerca dos órgãos genitais. Adota-se uma conduta moral, ao contrário do que se vivia antes, onde as relações sexuais eram vistas como uma atividade livre e corriqueira, e, emerge a culpa, o sexo (considerado pecado da carne) torna-se profano e transforma a mulher em um objeto sexual, pois, devido à justificativa eclesiástica, esta tinha um poder maléfico, capaz de destruir o homem. Além disso, os infratores que cometiam crimes de sodomia eram duramente condenados com a morte, e até mesmo certas posições sexuais eram proibidas ou aceitas, como por exemplo, a posição do missionário que, faz com que a mulher se submeta ao homem. Outro fator de repressão sexual feminina realizada pela Igreja é o fato de que as prostitutas passaram a ser contidas, ao mesmo passo que estas deviam pagar impostos à Instituição, que ficava com metade do lucro das profissionais. Há um discurso dualístico em relação a tal repressão, uma vez que, a Igreja condenava tal prática ao mesmo passo que tolerava, pois, considerava que estas se tratavam de um dreno para a sociedade, visto que, até mesmo o sexo no casamento deveria ser evitado.

Ainda conforme Ribeiro (2005), com a queda do Império Romano, dá-se início à Idade média, onde, os invasores provindos de diversos lugares, misturaram os gostos e costumes entre os romanos, cristãos e bárbaros, formando assim, vários reinos.

Segundo Ribeiro (2005), a mulher sempre fora objeto de repreensão sexual, principalmente a partir da Idade Média, no tempo em que o clero, ao buscar a ascensão e dominância das massas, sentenciou o sexo como um ato pecaminoso, bem como, todas as formas de prazer relacionadas ao corpo, tornando-as assim, como seres exclusivos para a procriação.

Segundo Araújo (2002), entre os séculos XI e XII, emerge o chamado Amor

Cortês, que é um conceito europeu medieval de etiquetas, atitudes e mitos para enaltecer o amor platônico e infeliz, que se dá devido ao casamento ser dado por valores econômicos. Surge o casamento por amor, porém, a igreja opõe-se a tal fato, pois, ganhava-se o dízimo com o casamento. Nesta mesma perspectiva Ussel (1980), destaca que o namoro e casamento eram permitidos aos padres, porém, tal prática fora proibida posteriormente, uma vez que, a Igreja não estava de acordo em dividir sua fortuna com os filhos dos religiosos.

Durante a Era medieval muito se evoluiu em relação às técnicas que visavam evitar o sexo. Não há um consenso quanto à invenção do primeiro cinto de castidade, porém, conforme Narloch (2013) acredita que o mais antigo seja o retratado em Bellifortis de 1405. Além disso, outro método que garantia a fidelidade da mulher ao senhor feudal era a chamada fibulação, ou seja, costura da vagina.

A queda de Constantinopla marcou o fim da Idade Média e deu início à Idade Moderna. Esta foi uma época de transições e profundas transformações que afetaram a Europa, e também todo o mundo.

No Brasil, no século XV, chega Pedro Álvares Cabral e, juntamente com a Companhia de Jesus, formada pelos Jesuítas, que eram os responsáveis pela catequização dos índios da terra recentemente descoberta, com base nos preceitos da Igreja Católica. Conforme Gomes e Novais (2014), houve um devastador choque de culturas. Os homens que vinham para a nova terra possuíam várias índias, diversos filhos (não reconhecidos), e, eram proibidos pela Igreja de possuir matrimônio. Muitos rituais orgínicos eram realizados para saciar as nativas, que, possuíam comportamentos extremamente diferenciados da mulher europeia, que iam desde a forma de se vestir até as atitudes sexuais.

Conforme Ribeiro (2005), no século XVI, a liberdade sexual ainda dominava, mesmo com o controle exercido pela Igreja que previa que os banhos e relações sexuais fossem feitas com camisolão, além da definição dos dias do sexo, onde o propósito era demonstrar que o prazer distancia de Deus, é um pecado e, portanto, necessita de penitência. Na Europa, Martinho Lutero propõe uma reforma protestante que, ia contra as concepções e controle da Igreja. Assim, a sexualidade também é afetada e este reconhece que o ato sexual seria uma necessidade vital.

Ainda segundo Ribeiro (2005), posteriormente, uma comunidade de protestantes considerados radicais, desenvolve uma concepção de fé cristã denominada Puritanismo. O objetivo do movimento era controlar, a normatização ética, moral, transformando o homem em uma pessoa contida que reprime seus sentimento e emoções. Neste momento, o discurso religioso é substituído pelo médico e, o casamento era consentido, assim como o sexo e amor dentro deste eram demasiadamente valorizados.

A Revolução Industrial, por sua vez, emerge nos séculos XVIII e XIX, e, caracteriza-se por um conjunto de mudanças que ocorreram na Europa e que refletiram por todo o mundo. O trabalho artesanal é substituído pelas máquinas e por consequente, o cenário familiar se modifica, uma vez que, as mulheres deixam seus lares para trabalhar fora, e os papéis e funções de gêneros são modificados, conforme Drucker (2000).

A Revolução francesa marca o fim da Idade Moderna e dá início a Idade contemporânea e com ela, profundas modificações sociais se estabelecem. Com o surgimento do movimento elitista europeu conhecido como Iluminismo, há uma contrariedade em relação à Igreja e busca-se maior conhecimento da natureza, e o poder para reformar a sociedade.

Ademais inicia-se no século XIX, com o reinado da Rainha Vitória, um período chamado de Vitorianismo, onde, segundo Ribeiro (2005) este caracterizava-se pela busca de um moralismo, disciplinado e embasado em preconceitos rígidos e proibições que eram extremamente rudes e severas. Neste período, o sexo era restrito mesmo em matrimônio, visto como uma doença grave, cujo caráter considerado animalesco provinha da carne. Além disso, a castidade era algo que devia ser protegida, e a mulher, devia ser submissa e dedicada ao lar. A medicina por sua vez, possuía um caráter normativo.

De acordo com as ideias de Probst (2003), com as mudanças sociais que ocorreram no decorrer do século XX, sobretudo no que diz respeito às grandes guerras, houve uma mudança de comportamento em relação às mulheres. Estas, ao aguardarem seus maridos que estavam em batalhas, tinham a necessidade de sair de casa para trabalhar. As guerras acabam, e a mulher volta para casa, porém,

diferente, com novos conceitos, valores e pensamentos voltados para o direito ao próprio corpo e a dissociação da sexualidade e concepção, onde, com o advento da pílula anticoncepcional, dá-se início à revolução sexual, que visava a liberdade sexual da mulher. Surge o movimento feminista contemporâneo que se alastrou por diversos países industrializados, cuja principal reivindicação era a igualdade de direitos para as mulheres.

Como uma das consequências da forte repressão que as mulheres sofriam em relação aos homens que, exigiam que estas voltassem para seus lares, destaca-se um evento conhecido como a famosa Queima Dos Sutiãs ocorrida em Atlantic City, nos EUA, no ano de 1968. Durante o concurso Miss America, cerca de 400 ativistas queimaram seus sutiãs reivindicando por igualdade de direitos.

Além disso, conforme Catoira (1968) os jovens ao verem a devastação causada pelas batalhas perdem o sentimento patriótico, o que dá lugar à frustrações e revoltas. Neste momento, emergem os movimentos jovens, como por exemplo, o Movimento Estudantil no México e o Movimento Hippie, onde este último, se caracterizava por um comportamento coletivo contracultura, cultivando-se o prazer, a liberdade e emancipação sexual, e eram contrários à todos os tipos de autoritarismos e preconceitos. Vale destacar ainda que, devido às fortes mudanças ocorridas durante a década de 1970 por questões políticas, ou pela disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS, conforme Carvalho e Piccinini (2008) tais movimentos sofreram certo declínio e só voltaram a avançar após, na década de 1990.

No Brasil, ainda conforme Ribeiro (2009), o Golpe militar instaurado inicialmente no ano de 1964, freou o avanço do país, inclusive no que se refere à sexualidade. O governo então passou a investir contra a liberdade sexual, e, chega a criar um programa sexual para direcionar os jovens à virgindade. Assim, o golpe militar corta todas as iniciativas relacionadas à sexualidade, reprimindo assim, as relações políticas e regulando a educação sexual dentro e fora das escolas.

Segundo Guizzo e Felipe (2015) a Educação Sexual sempre fora um assunto com pouca abordagem em todas as instâncias, sejam elas familiares ou educacionais. Os incontáveis tabus e preconceitos estabelecidos e reestabelecidos

sócio e culturalmente, construíram uma barreira em relação à temática, onde, ainda hoje, tratar tais questões pode significar um fator de dificuldades ligadas à repressão e machismo instaurado historicamente.

No final do século XX e início do século XXI, a herança médico-cultural do vitorianismo, aliada a um modo de vida consumista e individualista de uma sociedade capitalista e globalizada, nos lega uma concepção de sexualidade ainda limitada, normatizada e geradora de culpa, angústia e ansiedade. Nós, indivíduos do século XXI, ainda sofremos as consequências desta moral anti-sexual rígida, austera, contida que influenciou profundamente as atitudes em relação à sexualidade. É neste quadro que inserimos a questão da orientação sexual na escola. (RIBEIRO, 2005, p. 8).

Foi a partir do século XIX, que, segundo Carradore e Ribeiro (2006), os estudos sobre a temática de sexualidade começaram a ter uma maior abrangência na cultura do ocidente. Já doravante ao século XIX, as doenças sexualmente transmissíveis e suas profilaxias, bem como os estudos e classificações passaram a ser responsabilidade médico- científico, isso sem abandonar a crença e a moral religiosa que envolviam também as questões sexuais. Passou-se então, a dar cientificidade no tocante à temática, que, como a maioria de todos os assuntos, sofria forte influência da Igreja. O ideal higienista do século XIX que antes tangia seus esforços em manter a saúde das famílias passa a expandir-se também, às temáticas de cunho amoroso.

Conforme Guizzo e Felipe (2015), foi a partir da segunda metade do século XX que, grupos que haviam permanecido durante muitos anos à margem das sociedades, decidem reivindicar seus direitos, questionando a Educação brasileira. "Tais segmentos, a saber: indígenas, portadores de necessidades especiais, negros/as, mulheres e não heterossexuais." (GUIZZO; FELIPE, 2015, p. 2), clamavam por identificação de suas individualidades, com uma educação que considerasse os diferentes modos de pensar, agir e saber. A saber, esses movimentos começaram a ganhar mais força, após a revolução sexual ocorrida na década de 1960.

Todavia, segundo Ribeiro (2009) citando Carrara (1997); Carrara e Russo, (2002); Ribeiro (2004) e Reis e Ribeiro (2004), a história da educação sexual no Brasil surgiu com entusiasmo nas primeiras décadas do século 20, onde,

educadores, médicos, sacerdotes e até mesmo leigos no assunto voltaram-se ao estudo da temática, tanto entre os meios acadêmicos quanto nos não acadêmicos, o que incluiu obras sobre sexualidade, sexologia e educação sexual que visavam a proteção da saúde, com a principal intenção de defesa e respeito à mulher, protegendo a sociedade de uma moral feminina que seria imoral e, garantindo uma reprodução considerava saudável para a época. Desta forma, conforme Ribeiro (2009) aludindo Brusquini e Barroso (1886) constata-se que a cultura preconceituosa embasada pela vergonha e silêncio instaurados historicamente no ocidente, atrasaram o processo de desenvolvimento da educação sexual do Brasil.

Outro fator que inferiu neste retardo, segundo Ribeiro (2009) referindo-se a Brusquini e Barroso (1886), fora a Igreja, uma vez que, esta teve significativo poder de interferência na nação brasileira e também na educação, até meados da década de 1970. Ademais, outro fator extremamente importante para tal acontecimento, foi o cenário político que regia o momento, ou seja, a repressão sofrida pelo golpe militar de 1964, conforme Ribeiro (2009) mencionando Figueiró (2001); Guimarães, (1995) e Rosemberg (1985).

Assim, com vista nas ideias de Ribeiro (2009), ainda que o país tenha tido diversos avanços quanto às questões relacionadas à sexualidade, foram os retrocessos que determinaram o atraso na Educação Sexual do país.

Segundo Ribeiro (2009), a sexualidade é construída socioculturalmente e, assim, se sujeita à dinamicidade social. Desta forma, entre os alunos e educadores, deve haver uma constante significação e ressignificação de valores e preceitos em relação a tal temática. Assim sendo, conforme Leôncio (2013) a educação deve possuir um papel substancial e integral na formação da humanidade, cuja educação sexual faz parte desta.

Trabalhos de Carradore e Ribeiro (2006, p. 4) depreendem o gênero como sendo algo constituído histórico e socialmente, “[...] ou seja, cada sociedade, em cada momento histórico, atribui sentido e significado para as diferenças biológicas entre homens e mulheres, definindo o que é ser homem e o que é ser mulher.” Nesta mesma perspectiva, estudos como de Leôncio (2013) realçam que, a educação sexual deve ser transmitida com primazia no seio familiar e

problematizada no âmbito escolar.

CONSTRUCTO HISTÓRICO METAMORFOSEADO EM HERANÇA SOCIAL E CULTURAL

Conforme Bourdieu, Boltanski e Saint-Martin (1978), a herança cultural transmitida pela família à sua prole trata-se de algo constituído socialmente. Assim, podemos compreender a herança cultural, como um conjunto de valores, saberes, informações e conhecimentos que se constituem pelo *capital cultural* que os diferencia dos demais grupos. Ainda conforme Bourdieu (2007), é na família que se estabelecem as primeiras diferenciações, porém, é a Instituição escolar que as desigualdades se materializam e se reproduzem, onde, podemos citar como exemplo, as diferenças relacionadas aos gêneros, algo geralmente visto como natural, evidenciando ainda mais a relação estabelecida entre dominados e dominantes.

Para Bourdieu (1999, p. 9) o gênero é compreendido como a “[...] socialização do biológico e a biologização do social”, ou seja, o gênero é estruturalmente construído no processo de socialização do sujeito. Isto quer dizer que, as relações de luta por dominação dependem do momento histórico vivenciado por determinada sociedade, tornando tal fato como parte da ordem das coisas.

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino. (BOURDIEU, 1999, p. 41).

E ainda,

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipiti) tem por efeito coloca-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis (BOURDIEU, 1999, p. 82).

Conforme destaque feito por Bourdieu (1999) as principais instâncias

responsáveis pela reprodução das questões relacionadas à dominação, sobretudo masculina, fora a Igreja (até pouco tempo) e a Escola (desde sempre). Assim, conforme as palavras do sociólogo, é à “[...] família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina, é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão [...]” (BOURDIEU, 1999, p. 103). Ainda conforme suas concepções em relação às instituições de reprodução e perpetuação das relações entre dominados e dominantes, Bourdieu (1999, p. 103), destaca sobre a Igreja que, está sempre fora “[...] marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de uma sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade [...]” Já no que diz respeito à escola, Bourdieu enfatiza:

[...] mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação (adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas [...]. (BOURDIEU, 1999, p. 104).

E prossegue,

Longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei pelo contrário, comprovar que elas são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado (BOURDIEU, 1999, p. 46).

Seguindo esta linha de pensamento, Bourdieu (1999) defende que o gênero enquadra-se como quociente da trajetória social e da herança cultural familiar. Assim, dominação está intrinsecamente ligada às relações sociais, o que a torna, na maioria das vezes, impercebível aos olhos de quem é dominado. Assim, o gênero perpassa questões biológicas se materializando em forma de violência simbólica quando nos referimos à dominação masculina.

[...] sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência dessa submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou,

mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 1999, p. 7).

Assim sendo, ao pensarmos que estamos agindo de maneira independente, autônoma, na verdade estamos seguindo a ordem social e aceitando as relações e condições entre dominados e dominantes. Destarte, “[...] a força masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõem-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la.” (BOURDIEU, 1999, p. 18).

Ainda segundo Bourdieu (2006, p. 86) “[...] nas relações entre os sexos, o primeiro objeto da percepção é a *hexis* corporal como um todo, em si mesma e, ao mesmo tempo, a título de *signum* social.” Segundo assim, é o corpo, na “[...] forma *hexis* corporais.” (BOURDIEU, 1999, p. 41), que tais desigualdades tendem a materializar-se, fazendo com que a ideia de dominação masculina se trate de algo natural.

Quando se menciona a *hexis* corporal, Bourdieu (1983) depreende que esta faz parte de uma instância do *habitus*, o que torna o agente seu próprio *signum* social. Em suma, a *hexis* corporal concebe o que é visto pelo outro com base em sua postura, linguagem e comportamentos. Desta forma o primeiro objeto de percepção nas relações entre os sexos é a *hexis* corporal, ou seja, é nesta forma que há a materialização das desigualdades entre os sexos.

O *habitus* por sua vez, pode ser entendido como capital cultural (BOURDIEU, 2007), que se transformou como parte integrada da pessoa, se exprimindo no falar, andar e vestir, nas formas de consumo, de bens e fruição, estabelecendo assim, disposições socioculturais, inferindo às relações sociais estabelecidas pelo indivíduo.

Segundo as concepções de Bourdieu (2007), a transmissão principiante de capital cultural se dá no seio da família, na forma de herança cultural, imperceptivelmente, por não se dar de forma metódica.

Ainda segundo Bourdieu (2007, p. 67), o capital cultural representa um “[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse [...]”, onde, a fruição desses agentes é resultados das teias de relações que este porta.

Já a acumulação de *capital cultural* (BOURDIEU, 2007), representa um

exercício de incorporação e interiorização, que se dá inicialmente no âmbito familiar, servindo como um elo entre a individualidade e a família por toda sua existência. Por essa transmissão se dar no seio familiar, podemos inferir que trata-se de uma herança cultural, ou seja, um conjunto de valores e moral passados à prole. Assim, é na família que as primeiras diferenciações relacionadas ao gênero acontecem, porém, é na escola que tais desigualdades são afirmadas e conservadas, evidenciando-se ainda mais as condições de dominados e dominantes.

Justamente por ser símbolo de formação social e moral, a instituição escolar tende a influir nas construções sociais das crianças, o que se estende também à estruturação de gênero. Como a divisão entre o gênero masculino e feminino, na maioria das vezes parece ser algo natural, pode passar despercebido como sendo fruto de uma aprendizagem quanto aos comportamentos e atitudes, e a escola, por sua vez, ao invés de desmistificar tais comportamentos, reproduz e ratifica as funções e papéis sociais estabelecidos historicamente de forma desigual, seja ela em forma explícita ou implícita. Bourdieu (1999, p. 17), explica:

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

Conforme Bourdieu (1999) a dominação masculina que é concedida aos homens tende a perpetuar e reafirmar as estruturas sociais e os *habitus* moldados que reproduzem as divisões sexuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo após décadas de lutas, avanços e retrocessos, o processo de educação sexual desenvolvido dentro e fora da escola ainda sofre interferência das concepções arraigadas na sociedade historicamente, principalmente a partir da Idade Média, uma vez que, nossa moral sexual machista é fruto deste período.

A sociedade deve caminhar por um caminho onde haja igualdade de direitos entre os gêneros, onde não exista preconceitos, relações dominantes ou qualquer

tipo de repressão. Para isso, este trabalho de apropriação de igualdade que deve estar presente no pensamento de todos os cidadãos, deve começar desde a mais tenra idade. É certo que a escola perpetua as desigualdades sociais e, por conseqüente todas as relações sociais, porém, se houver um exercício de construção de identidade iniciado no seio familiar, que, garanta às nossas crianças e adolescentes uma liberdade e segurança em relação às suas identidades, a instituição escolar continuará reproduzindo a dinamicidade e movimento social, porém este movimento será dado por pessoas conscientes, que lutam justamente por seus direitos. Somente assim, teremos um país de equidades, onde, a mulher possa se sentir segura, respeitada, livre e grande, assim como sempre deveria ter sido considerada.

[...] ao trazer à luz as invariantes trans-históricas da relação entre os gêneros”, a história se obriga a tomar como objeto o trabalho histórico de des-historicização que as produziu e reproduziu continuamente, isto é, o trabalho constante de diferenciação a que homens e mulheres não cessam de estar submetidos e que os leva distinguir-se masculinizando-se ou feminilizando-se. Ela deveria empenhar-se particularmente em descrever e analisa a (re) construção social, sempre recomeçada, dos princípios de visão e de divisão geradores dos “gêneros” e, mais amplamente, das diferentes categorias de práticas sexuais (sobretudo heterossexuais e homossexuais), sendo a própria heterossexualidade construída socialmente e socialmente constituída como padrão universal de toda prática sexual ‘norma’, isto é, distanciando da ignominia da ‘contranatureza’.[...] (BOURDIEU, 1999, p. 102).

Para concluir, devemos buscar uma superação das relações eminentemente encontradas na sociedade entre dominados e dominantes, que vive em luta pela manutenção e ascensão social. Para isso, é preciso que a escola se desvincule da cultura legitimamente privilegiada que exclui e perpetua as desigualdades de gênero, de raça, de classe social, formando cidadãos íntegros e capazes de reconhecer no outro, os seus próprios direitos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 70-77, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000200009&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 10 maio 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu: sociologia**. Organizador [da coletânea] Renato Ortiz. Tradução Paula Montero e Alcía Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais; 39).

_____. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 26, p. 83-92, jun. 2006.

_____. **Escritos de educação**. Organização Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. (Ciências sociais da educação).

_____.; BOLTANSKI, Luc; SAINT-MARTIN, Monique. As estratégias de reconversão. In: DURAND, Jose Carlos Garcia. (Org.). **Educação e hegemonia de classe: as funções ideológicas da escola**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CARRADORE, Vânia Maria; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Relações de gênero, sexualidade e aids: apontamentos para reflexão. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 1-21, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1325>>. Acesso em: 10 maio 2017.

CARVALHO, Fernanda Torres de; PICCININI, Cesar Augusto. Aspectos históricos do feminino e do maternal e a infecção pelo HIV em mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 6, p. 1889-1898, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n6/a24v13n6>>. Acesso em: 15 maio 2017.

CATOIRA, Maria Luiza Bei. 1968: a construção da estética jovem no cotidiano da contracultura e dos ideais de liberdades políticas, comportamentais, éticas e sexuais. In: Colóquio de Moda, 4., 2008, Nova Hamburgo. **Anais....** Nova Hamburgo: Feevale, 2008. Disponível em: <http://coloquiomoda.hospedagemdesites.ws/anais/anais/4-Coloquio-de-Moda_2008/41222.pdf>. Acesso em: 19 maio 2017.

DRUCKER, Peter. O futuro já chegou. **Exame**, São Paulo, v. 22, n. 3, 2000. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/21701392/929572325/name/Informa%C3%A7%C3%A3o+++Transportes.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues de; NOVAIS, Sandra Nara da Silva. Práticas sexuais e homossexualidade entre os indígenas brasileiros. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 44-57, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/24666>>. Acesso em: 12 maio 2017.

GUIZZO, Bianca Salazar; FELIPE, Jane. Avanços e retrocessos em políticas públicas contemporâneas relacionadas a gênero e sexualidade: entrelaces com a Educação. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Ed. UFSC, 2015. Disponível em: <www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt23-3858.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2016.

LEÔNICIO, Joana Maria Macedo. A orientação sexual nas escolas a partir dos parâmetros curriculares nacionais. **Educação, Gestão e Sociedade**: Revista da Faculdade Eça de Queirós, Jandira, ano 3, n. 12, p. 1-13, nov. 2013. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/jandira/revista.php?id_revista=23#>. Acesso em: 15 maio 2017.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto do mundo**. São Paulo: Leya, 2013.

PROBST, Elisiana Renata. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Revista Leonardo Pós**, Indaial, p. 1-8, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). **Educação sexual**: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: Ed. UEL, 2009. Disponível em: <http://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/07/Educacao_Sexual_Multiplos_Temas.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

_____. A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In: BORTOLOZZI, Ana Cláudia; MAIA, Ari Fernando (Org.). **Sexualidade e infância**. Bauru: Ed. Unesp/FC/CECEMCA; Brasília, DF: MEC/SEF, 2005. Disponível em: <<http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/50/Texto%20sexualidade1.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

SCARPIM, Fabio Augusto. Dois em uma carne: Igreja e sexualidade na história. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 62, n. 1, p. 265-277, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/historia/article/download/38590/26702>>. Acesso em 15 de maio de 2017.

STEARNS, Peter N. **Historia das relações de gênero**. Tradução Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

USSEL, Jos Van. **Repressão sexual**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.